

Ata Sumária 143 - 134ª Reunião Ordinária

Data, Hora e Local :

Em 09 de Março de 2007, às 09:00 horas, no Auditório Martin Schmeling, à Rua Blumenau, 05 – Bairro São João, em Itajaí - SC.

EXPEDIENTE

I – Abertura e verificação do número de presenças

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, fiz a verificação dos presentes e constatei que havia quorum para abrir a reunião, ou seja, metade mais um dos membros do Conselho, representando pelo menos três blocos, conforme lista de presença abaixo, passando a palavra para o Sr. Presidente que abriu a reunião.

BLOCO I - PODER PÚBLICO

Governo Federal	FERNANDO RÉGIS DOS REIS
Governo do Estado	WILSON FRANCISCO REBELO
Prefeitura Municipal	ANSELMO JOSÉ DE SOUZA

BLOCO II - OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto	MARCELO WERNER SALLES
Instalações Privadas	LUCIANO ANGEL RODRIGUES
Armadores	JORGE CÁRDENASS
Operadores Portuários	

BLOCO III - CLASSE DOS TRABALHADORES

Trabalhadores Portuários	VALTER CUNHA
Trabalhadores Portuários Avulsos	SAUL AIROSO DA SILVA

BLOCO IV - USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Exportadores e Imp. de Mercadorias	LÉO HUMBERTO SCHAPPO JONAS GERMANO SCHMIDT
Proprietários e Cons. Mercadorias	JOSÉ GAMEIRO CAMARGO ECLÉSIO DA SILVA OSVALDO DE CARVALHO FILHO
Terminais Retroportuários	ROGÉRIO FORTUNATO FABRÍCIO GOMES PHILIPPI

Convidados

Del. da Capitania de Portos de Itajaí	CMG. HAMILTON JORGE DA GAMA CF. CARLOS AUGUSTO LOBO PINTO WILLIAM ROBERTO FALCONE
Secretário do Cap	LEÔNIDAS GOMES FERREIRA

II – Leitura e aprovação da ata da reunião de 09/02/2007

O Sr. Presidente colocou a ata, encaminhada anteriormente via e-mail, para aprovação dos conselheiros, a qual foi aprovada por todos os presentes.

III – Apresentação do Relatório Mensal pela Superintendência do Porto de Itajaí

O Sr. Diretor Executivo Marcelo Werner Salles solicitou que o Secretário Executivo fizesse a leitura do relatório mensal onde destacou que no encerramento do mês de Fevereiro de 2007, foi registrada a movimentação de **508.142 t**, considerando o Cais Comercial e o TECONVI S/A, elevando a movimentação acumulada do ano

para **1.030.884 t**, verificando-se um crescimento de **9%** em relação ao ano anterior que totalizou **942.399 t** no mesmo período. Na movimentação de cargas contêinerizadas registrou-se **49.609 TEU** com **419.544 t**, elevando a movimentação acumulada do ano para **103.129 TEU** com **927.393 t**, verificando-se um crescimento de **7%** em relação à movimentação acumulada no ano anterior que registrou **96.673 TEU** com **872.839 t**. Especificamente na movimentação de contêineres cheios foi registrado **32.083 TEU** com **452.782 t**, elevando a movimentação acumulada para **64.450 TEU** com **916.826 t** verificando-se um crescimento de **17%** em relação à movimentação acumulada no ano anterior quando registramos **54.978 TEU** com **785.900 t**. A movimentação de contêineres cheios com importações de longo curso somou **7.285 TEU** com **92.327 t**, elevando a movimentação acumulada para **14.746 TEU** com **190.096 t**, verificando-se um crescimento de **28%** em relação ao mesmo período do ano anterior que totalizou **11.493 TEU** com **159.865 t**. Na movimentação de contêineres cheios com exportações de longo curso foram movimentados **24.798 TEU** com **360.455 t**, elevando a movimentação acumulada para **49.704 TEU** com **726.730 t** observando-se um crescimento de **14%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram movimentados **43.485 TEU** com **623.035 t**. Foi observado no relatório da Diretoria de Logística que a movimentação relativa o mês de Fevereiro/07, certamente teria sido ainda melhor, não fosse os problemas de paralisações da atividade de transportes de cargas motivadas por movimento de greve realizado pelo Sindicato dos Condutores Autônomos no período de 26 a 28/02/07. No terminal privativo da **DOW QUÍMICA** registrou-se a movimentação de **3.199 t**, enquanto no terminal da **BRASKARNE** foram movimentadas **13.934 t**, e no terminal **TROCADEIRO** **52.443 t** totalizando **69.576 t**, elevando a movimentação acumulada para **140.192 t**, verificando-se um crescimento de **193%** em relação ao mesmo período do ano anterior que registrou a movimentação de **47.793 t**. A movimentação total no Porto de Itajaí no mês de **Fevereiro/07** atingiu a **508.142 t**, elevando a movimentação nos dois meses para **1.171.076 t** verificando-se o crescimento de **18%** em relação ao mesmo período do ano anterior que registrou **990.192 t**. Sr. Marcelo Werner Salles informou estar preocupado com os investimentos da União previstos para 2007 que exigem contrapartida por parte da Superintendência do Porto de Itajaí em no mínimo 20% sobre o valor a ser investido. Esta contrapartida é retirada da tarifa portuária que não prevê este tipo de investimento, pois a mesma é utilizada apenas para custear o funcionamento e manutenção da atividade portuária. Cita como exemplo que para investimento da União no valor de R\$ 18 milhões a Superintendência do Porto de Itajaí tem que dar a contrapartida de R\$ 4 milhões, sendo que em 2006 foram realizados investimentos em derrocagem do canal de acesso, obras de recuperação dos molhes, dragagem do canal de acesso, bacia de evolução e junto ao cais, construção do CIA-Centro Integrado de Atendimento, sistema de segurança ISPS Code, mitigação e compensações ambientais, planos de gerenciamento de resíduos, programa porto saudável DST/AIDS, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, programa de educação ambiental, base de emergência, implantação do parque do Atalaia, programa de comunicação social, ações comunitária e escola aberta, convênios de monitoramento de dragagem, sedimentos, qualidade da água, qualidade do ar e ruído, programa trânsito amigo, projeto borda d'água, plano de contingência e gestão ambiental portuária. Todos estes investimentos que a Superintendência realizou com receita própria a União não aceitou como contrapartida, resultando em um déficit de mais de R\$ 2 milhões, pois as receitas não cobriram as despesas. Comenta ainda que outros portos brasileiros recebem investimentos da União e não precisam dar contrapartida. A Superintendência do Porto de Itajaí poderia estar investindo os recursos gastos com estas contrapartidas em outras obras. Cita que a construção da Via Expressa Exclusiva esta sendo transferida da Prefeitura para a Superintendência, através do Ministério dos Transportes, e não há como suportar as contrapartidas. Comenta que as contrapartidas ocorrem pelo fato de o Porto de Itajaí ser municipal (não administrado pela União), mas o Porto de Imbituba é privado e não tem contrapartida. Existem vários pleitos da Superintendência do Porto de Itajaí junto ao Ministério dos Transportes para exclusão das contrapartidas, mas não há solução. Sr. Jonas Schmidt questiona se não existe uma ação para reivindicar, através do CAP ou da FIESC, a retirada das contrapartidas locais. Sr. Fernando Régis dos Reis questiona se existem contratos de investimentos da União sem contrapartidas. Sr. Marcelo Werner Salles informa que apesar da gestão não ser da União os bens físicos são da União, não há o porque de dar contrapartida se os bens são da própria União. Sr. Fernando Régis dos Reis comenta que é necessário ter um grupo de trabalho do CAP que faça o acompanhamento dos assuntos ligados à investimentos da União para que haja melhor encaminhamento das ações e sugere formar este grupo de trabalho já para próxima reunião. Este grupo deverá desenvolver estudos fundamentados para apreciação do CAP, tais como redução de custos, aumento de velocidade, ganho de tempo, diminuição de caminhões e automóveis nas ruas de acesso ao Porto, de forma a demonstrar os benefícios da implantação da via de acesso ao porto aos responsáveis pela liberação de recursos para implantação de obra. Sr. Wilson Rebelo cita que tem de haver formalização do CAP e da FIESC sobre extinção das contrapartidas junto ao Ministério dos Transportes, bem como pressão política. Sr. Jorge Cárdenas comenta que o CAP tem de ter ações concretas. Sr. Marcelo Werner Salles expressa sobre a importância de se ter a utilização da área "C" para obtenção de espaços para melhoria da operação portuária por parte do Teconvi, mas para isso ainda falta a desapropriação de três casas. Sr. Egídio Martorano, representante

da FIESC autorizado a fazer uso da palavra pelo Sr. Presidente do CAP, comenta que a FIESC esteve em contato com o Sr. Aparício no Ministério dos Transportes quando demonstrou fundamentos fortes para a manutenção das contrapartidas do Porto de Itajaí nos investimentos realizados pela União neste Porto. A FIESC está disposta a ajudar nestas ações mas salienta a necessidade de se ter fundamentação jurídica para argumentar com os técnicos do Ministério dos Transportes. Sr. Eclesio da Silva informa que em 1995 a comunidade portuária enfrentou barreiras jurídicas para a municipalização do Porto de Itajaí, mas a força política foi muito importante para reverter o quadro e por conseguinte a concretização da municipalização do Porto. Sr. Jonas Schmidt comenta que este crescimento que está ocorrendo nos primeiros meses de 2007 é preocupante pois quanto mais aumenta a movimentação mais o Teconvi diminui o seu custo em relação ao pagamento da tarifa portuária a Autoridade Portuária. Sr. Marcelo Werner Salles responde que hoje há esta situação em função dos termos do contrato realizado através de licitação pública. Informa ainda que outra situação que irá desfavorecer a Autoridade Portuária é a utilização da infra-estrutura aquaviária pelos navios que estarão aportando em Navegantes e que pagarão apenas os custos de manutenção enquanto Itajaí terá que arcar com os custos e investimentos. Sr. Fernando Régis dos Reis solicitou voluntários para compor o Grupo de Trabalho do CAP, sendo que apresentaram-se os seguintes: Eclesio da Silva, Jorge Cárdenas, Rogério Fortunato, Luciano Rodrigues, Jonas Schmidt, Saul Airoso, Marcelo Werner Salles, Fábio da Veiga (DIJUR) e Egídio Martorano (FIESC), sendo escolhido como coordenador do GT Sr. Luciano Rodrigues. Em seguida Sr. Marcelo Werner Salles comentou o relatório financeiro de 2006, justificando que o saldo negativo deveu-se em função das contrapartidas obrigatórias em função dos investimentos da União no Porto de Itajaí. Sr. Luciano Rodrigues solicita explicação sobre o significado da área segregada e o qual o motivo do aumento dos custos de dragagem que saltaram de R\$ 453 mil para R\$ 930 mil. Sr. Marcelo Werner Salles explica que é a área destinada ao armazenamento de mercadorias classificadas como cargas perigosas. Quanto ao aumento dos custos de dragagem comenta que houve necessidade de aumentar a bacia de evolução, aumento de assoreamento em função de fortes chuvas que houveram nas nascentes do rio Itajaí-Açú. Sr. Fernando Régis dos Reis questiona sobre o descritivo do quadro financeiro. Sr. Marcelo Werner Salles informa que não há relatório descritivo. Em função disto Sr. Fernando Régis dos Reis solicita a Superintendência que seja feita nota explicativa do quadro financeiro para melhor compreensão dos conselheiros.

ORDEM DO DIA

I - Situação de navegabilidade e manobras do Porto - Plano de Dragagem para 2007 ; - Homologação dos novos comprimentos e calados em Itajaí

Sr. Jorge Cárdenas informa que os armadores estão realizando readequação das linhas de navegação, dentro de programas que objetivam a recuperação de parte das perdas sofridas nos exercícios dos últimos 2 anos. Armadores estão investindo em equipamentos e novos navios, mas há preocupação, por parte destes, sobre a situação de navegabilidade, calado e segurança das embarcações. Espera-se um posicionamento do porto em relação ao plano de dragagem para 2007 e a homologação dos novos comprimentos e calado do Porto de Itajaí. Sr. Marcelo Werner Salles informa que em 2005 o Comandante Frade solicitou parâmetros e estudos de manobras realizados em simuladores para atender navios maiores. A partir daí o Porto de Itajaí passou a realizar estudos de manobras através de laboratório localizado na Holanda e com os resultados obtidos foram realizados aprofundamento e readequação do canal de acesso interno e externo, reestruturação dos faroletes e aumento da bacia de evolução. Foram realizadas simulações e aferições com participação do Sr. Alexandre, prático no Porto, obtendo-se a modelagem matemática para o Porto de Itajaí. Com as simulações foi possível visualizar o comportamento dos navios em várias situações de manobras de entrada e saída do porto. Com base nos resultados e observações o Laboratório Holandês esta preparando o relatório sobre as simulações e recomendações a serem seguidas pelos práticos e Superintendência do Porto de Itajaí. Representantes do Terminal de Navegantes, Maersk, Happag LLOYD e um Comandante estiveram presentes para acompanharem os testes e opinarem sobre as simulações. Neste relatório constará também a "FAQ – Folga Abaixo da Quilha", para atender exigência da Marinha. Por ser um estudo complexo e envolver vários parâmetros, bem como necessitar de tradução, levará um certo tempo para sua emissão, sendo que o relatório oficial será entregue nas próximas semanas. Sr. CMG Hamilton da Gama comentou que não existe isonomia de portos e que cada porto tem sua particularidade. Aqui em Itajaí as condições apresentam-se de uma forma muito ruim. A orientação da Marinha para suas Delegacias é não atrapalhar as atividades comerciais do porto, mas temos que zelar pela segurança da navegação. Temos que ter certeza que vamos autorizar um navio entrar ou sair do porto e que este terá toda segurança necessária. A Marinha autorizou um teste de navegação com um navio de 272 metros

em Itajaí mas a companhia seguradora vetou, ou seja, tentamos colaborar mas há outros intervenientes. Sr. Fernando Régis dos Reis comenta que este estudo é muito interessante e que deve ser divulgado. Sr. Eclesio da Silva pergunta aos representantes da Marinha qual o prazo para homologação do calado após a entrega do relatório. Sr. CMG Hamilton da Gama responde que o relatório será passado para DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação no Rio de Janeiro e é difícil estimar um prazo, mas será feito o mais rápido possível. Comenta ainda que a Marinha tem consciência de que alguém paga esta conta e não estão aqui para atrapalhar. Sr. Eclesio da Silva questiona sobre as manobras na bacia de evolução uma vez que o Terminal de Navegantes terá portainer com lanças para 18 fileiras de contêineres, ultrapassando o costado do navio para dentro da bacia. Sr. Marcelo Werner Salles responde que é recomendado que as lanças do portainer estejam levantadas no momento do giro e que não haverá possibilidade de utilização do dolfim. Sr. Luciano Rodrigues comenta que teremos uma situação em que navios maiores não poderão atracar em Itajaí e Navegantes. Sr. CF Carlos Augusto Pinto informa que não adianta buscar no passado soluções para o fato atual. Tem-se que trabalhar com a situação atual. Sr. Anselmo de Souza comenta que é lamentável que em Fevereiro de 2005 não tinham iniciadas as obras de Navegantes e o Sr. Marcelo havia alertado sobre esta situação. E hoje estamos com esta situação e que seja levada aos órgãos de fiscalização em Brasília. Sr. Fernando Régis dos Reis informa que a decisão tomada na ANTAQ na época foi em bases técnicas. Sr. Valter Cunha expressou que anos atrás houve aprovação de documento direcionado a ANTAQ pedindo limitação da bacia de evolução em 500 metros. Navegantes foi a Brasília e colocou o que quis e não respeitou Itajaí e sua estrutura. Perdemos para Navegantes, o CAP e os políticos não fizeram nada.

II - Greve dos caminhoneiros autônomos de Itajaí

Sr. Eclesio Silva comentou que este item foi solicitado para inclusão na ordem do dia durante a greve dos caminhoneiros autônomos de Itajaí, mas que já foi resolvido. Entretanto, solicitamos ao representante da Prefeitura no CAP que intervenha junto ao Sr. Prefeito para prestar esclarecimento sobre as informações que são passadas pelos caminhoneiros que o Sr. Prefeito tem o compromisso com os transportadores autônomos e não sabemos a veracidade desta informação. Sr. Anselmo de Souza informa que estará esta nesta data com o Sr. Prefeito e levará o pleito do CAP, pois como empresário é contra estas manifestações e colocará ao Sr. Prefeito este posicionamento pessoal. Complementa ainda que o Sr. Prefeito é um homem de boa vontade e trará um posicionamento muito claro na próxima reunião. Sr. Fernando Régis dos Reis questiona sobre qual a participação dos transportadores autônomos na movimentação do Porto. Sr. Fabricio Philippi informa que é difícil de estimar, mas acredita ser em torno de 30% da movimentação do Porto. Sr. Luciano Rodrigues alerta que na próxima semana esta prevista outra paralisação dos transportadores autônomos e acha que a participação deles é menor. Eles querem implantar os sistema existente em Paranaguá e se isto acontecer estaremos nas mãos dos sindicatos. Querem um aumento de 300% nos fretes e obrigatoriedade de utilização dos sindicatos. Sr. Jonas Schmidt opina que o exportador fica numa situação muito delicada e o custo em operar em Itajaí é maior que em outros portos. Se isso ocorrer nós sairemos de Itajaí. Precisamos ter a garantia de acesso ao Porto, caso não seja possível estamos sendo impedidos de embarcar nossos produtos. Sr. Saul Airoso informa que como se trata de uma mão-de-obra que não tem nenhuma relação comercial com os terminais e como é possível estes pararem o porto. A mão-de-obra portuária esta a sete meses negociando o seu aumento com o SINDOPIN e não houve nenhum pensamento neste sentido. A Intersindical não foi comunicada sobre este assunto e esta atitude não é normal, é uma situação atípica. Sr. Fernando Régis dos Reis comenta que a repercussão disso é muito complexa, ficando fora das atribuições do CAP e impedindo-o de ter influência sobre tal assunto.

III - Centro de Treinamento Profissional

Sr. Saul Airoso informa que em 2003 a Superintendência do Porto de Itajaí implantou o Centro de Treinamento Profissional e até hoje não existe. No seminário realizado em Janeiro na ANTAQ com membros do CAP de todo país foi anunciado a formação do mencionado Centro. Foi informado nesta reunião que os recursos seriam do OGMO, mas as atribuições são do CAP. A pouco tempo o OGMO promoveu a reavaliação da mão-de-obra portuária com relação a formação e capacidade técnicas de cada um. O OGMO de Itajaí insiste em dar treinamento a pessoas que não fazem parte do sistema portuário, atitude que é fora da lei. De noventa e um trabalhadores avaliados 50% estão reprovados para exercer suas atividades, pelo próprio órgão que realizou o treinamento desta mão-de-obra, indo contra seus próprios princípios. O sindicato não concordou com o corte que houve da mão-de-obra reprovada. A Marinha disponibilizou R\$ 900 mil em dois anos para treinamento da mão-de-obra portuária e temos reprovação de 50% pelo próprio OGMO, ou seja, quem treinou a mão-de-obra, declarou que ela estava inabilitada para o serviço. Sr. William Falcone, representante do OGMO, sendo autorizado pelo Sr. Presidente, explicou que foram emitidos 800 diplomas nestes dois anos e quanto aos cursos de guindasteiros são realizados em equipamentos de carga geral. Nos últimos três anos foram feitos treinamentos para guindasteiros de contêineres. Foi realizada reavaliação de todos os trabalhadores que foram

treinados. Também recebeu do Sindicato dos Estivadores lista de cursos pretendidos pelos trabalhadores e entre eles constava o ensino fundamental e médio. O colégio Fayal tinha verba e precisava de clientela para estes cursos, sendo assim, o OGMO juntou-se a este para melhor utilização dos cursos, espaços e verbas. Quanto aos cursos da Marinha estes têm um padrão de aplicação. Sr. CMG Hamilton da Gama informou que os recursos financeiros para o ensino foram passados para o OGMO e foram realizados os cursos que estavam programados conforme solicitado pelo órgão. Sr. CF Carlos Augusto Pinto complementa que foi solicitado anteriormente aos conselheiros do CAP que todos os assuntos relacionados com recursos financeiros da Marinha para treinamento de trabalhadores portuários fossem tratados diretamente com a Delegacia da Capitania de Portos de Santa Catarina em Itajaí. Sr. Fernando Régis dos Reis solicitou que todos os conselheiros que solicitarem a inclusão de assuntos na ordem do dia que o fizessem através de documentos que permitissem aos conselheiros, antes da reunião, o conhecimento destes assuntos a serem tratados, e que o Sr. Saul Airoso providenciasse os documentos que serão enviados à Marinha, com cópia para o CAP para conhecimento e acompanhamento.

IV - Portaria 225 da Receita Federal - Impactos no processo de embarque direto no TECONVI e exportadores de cargas congeladas

Sr. Osvaldo de Carvalho cita o Art. II da Portaria onde menciona que o Ministério da Agricultura e Receita Federal precisam dos documentos de fiscalização para iniciar o embarque das mercadorias congeladas. Ocorre que estes documentos só existem quando os últimos lotes das mercadorias estiverem entrando no Porto. Em Dezembro o Ministério da Agricultura criou o Termo de Fiscalização iniciando também a fiscalização física de contêineres. Com as exigências da Receita Federal o exportador tem de ter todos contêineres reefers dentro do porto para vistoria, mas não há espaço suficiente e nem como adotar esta rotina, inviabilizando o embarque direto de cargas congeladas. Sr. Rogério Fortunato questiona se esta situação ocorre somente em Itajaí e porque não utilizar áreas secundárias alfandegadas. Sr. Osvaldo de Carvalho concorda em utilizar áreas alfandegadas e informa que esta situação existe em Itajaí por falta de espaço dentro da área primária. Sr. Luciano Rodrigues informa que o porto não tem área para atender esta rotina e nem como investir. Sr. Osvaldo de Carvalho completa informando que os exportadores terão reunião hoje com as autoridades para definição da rotina e chegar a uma solução, sendo que apresentarão a proposta de certificação dos documentos pela autoridade portuária declarando que a mercadoria está de acordo para embarque. Solicita apoio do CAP na emissão de correspondência apoiando a iniciativa dos exportadores. Sr. Jonas Schmidt comenta que esta situação abrange também as atividades dos contêineres DRY e esta situação também tem de ser considerado.

ASSUNTOS GERAIS

I - Correspondências, notícias, comunicações, indicações e propostas recebidas pelo Presidente do CAP, Superintendência do Porto de Itajaí ou de algum Conselheiro, tidas como relevantes e necessárias ao conhecimento do plenário:

I.1 – Ofício 062/2007, de 21/02/2007, do Sind. dos Estivadores de Itajaí-Florianópolis encaminhando o Ofício 055/2007, enviado ao OGMO para informá-lo do não cumprimento do Ofício 085/2007-OGMO, em função deste não respeitar a Legislação Portuária pertinente ao Art. 25 da Lei 8.630/93.

Sr. Secretario fez leitura do conteúdo.

I.2 – Ofício 003/07, de 27/02/2007, do SINDOPIN enviado ao Exmo Sr. Ministro dos Transportes, indicando os seus novos representantes para comporem o CAP, sendo o titular Sr. Marcio Guiot Braga Martins Pereira e suplente o Sr. Silvio Ricardo Ravali.

Sr. Secretario fez leitura do conteúdo.

II. Resumo dos estudos em desenvolvimento pela ANTAQ

Sr. Fernando Régis dos Reis realizou em função do tempo disponível, uma breve apresentação dos estudos que estão sendo desenvolvidos na ANTAQ e informou que enviará documentos contendo os objetivos e as diretrizes destes estudos. Informou ainda que a ANTAQ está empenhada no projeto CAP, percorrendo sobre seus objetivos, principalmente voltados para que os presidentes tenham uma atuação mais dinâmica através de cursos de capacitação. Cita ainda que no site www.antaq.gov.br está disponibilizada a documentação referente às reuniões dos CAPs de todos os portos brasileiros .

Sr. Fernando Régis do Reis passou a palavra livre para quem o deseja-se: Sr. CF Carlos Augusto Pinto informou que o Sr. Prefeito Volnei Morastoni assinou o decreto cedendo a área da COMARD para a construção da nova sede da Delegacia de Capitania de Portos da Marinha e fez sugestão de que o prédio administrativo fique nos fundos do terreno. Sr. Marcelo Werner Salles informou que em relação ao Porto de Itajaí e o Terminal de Navegantes o que diferencia um porto de um terminal privativo é que o terminal tem de ter carga própria e se esta regra não for atendida irá entrar com ação judicial e cita o Art. 20 da Lei sobre terminais privativos. Sr. Jorge Cárdenas acha correto que na atividade de monitoramento de contêineres reefers a Autoridade Portuária não indique o operador portuário que irá movimentar a carga, mas que fique de livre escolha qual o operador portuário que irá realizar o monitoramento.

Nada mais havendo a tratar a Sr. Fernando Régis dos Reis deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião do CAP para o dia 13 de Abril de 2007, às 9:00 horas.

VI Encerramento

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Itajaí, 09 de Março de 2007.